



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/educacao-ecologia/>

## Educação, ecologia, o bem e o mal[1]

Guilherme Carlos Corrêa[2]

**RESUMO:** Pensar as relações entre educação e ecologia na sociedade de controle exige problematizar as forças que concorrem para a persistência de uma educação confundida com escolarização e de uma introdução ao pensamento sobre ecologia confundido com a replicação de slogans e mensagens de comunicação. Para tanto, este artigo apresenta o intrincado caminho da consolidação da matriz escolar brasileira pela via de um trabalho educacional fundado em tarefas. Matriz que remonta aos jesuítas e suas técnicas militares de hierarquização, de esquecimento de si e de obediência e chega até nossa atualidade por meio de uma educação tomada como estratégia de segurança nacional instituída pela Ditadura Militar. Nessa mesma linha são apresentadas as condições para a emergência de uma sociedade de controle, segundo Foucault e Deleuze, e o modo como se opta por uma fórmula de tribunal para a expressão do pensamento ecológico. Fórmula em que jogam culpados, inocentes, prêmios e castigos. Fórmula que nos prende e situa nos pontos da dura linha estendida entre o bem e o mal. A pergunta por uma educação pensada e vivida para além do bem e do mal, anima essas problematizações do mando, da tarefa, da guerra, dos slogans, do pensamento de rebanho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Ecologia. Sociedade de controle.

## Education, ecology, the good and the evil

**ABSTRACT:** Thinking about the relation between education and ecology in the society of control requires questioning the forces that contribute to the persistence of an education confused to schooling, as well as an introduction to ecological thought confused to the replication of slogans



---

and communication messages. To this end, this article presents the intricate path of the consolidation of the Brazilian school matrix through an educational approach based on tasks. This matrix traces back to the Jesuits and their military techniques of hierarchization, self-forgetfulness, and obedience, extending to the present through the education regarded as a strategy of national security established by the Military Dictatorship. The conditions for the emergence of a society of control are presented according to Foucault and Deleuze, and so are the ways a tribunal formula is chosen for the expression of the ecological thought. A formula in which there are guilty parties, innocents, rewards, and punishments. A formula that confines and situates us on the harsh line stretched between the good and the evil. The question of an education conceived and lived beyond the good and the evil energizes the discussions regarding the need for commands, tasks, wars, slogans, and herd thinking.

**KEYWORDS:** Education. Ecology. Society of control.

---

*Quem manda é o bem, o mal não manda nada.  
O mal não manda em nada, quem manda é o bem.  
(Estamira, 2007) [3]*

Começo com esta manifestação de Estamira. E é uma frase que precisa ser apresentada como ela apresentou, com um acento correto, preciso, certo: “Quem MANDA é o bem. O mal não manda em nada”. O sentido do que apresento aqui está ligado a isso.

Para quem não a conhece, Estamira nos foi apresentada no documentário que leva o seu nome pelo sensível diretor Marcos Prado. Sempre que assisto este documentário, sou tomado de um sentimento de gratidão dirigida a Marcos Prado pelas horas que permaneceu ao lado de Estamira estabelecendo conversas e recolhendo imagens a que nunca teríamos acesso sem sua delicadeza, persistência e amorosidade.

Depois de episódios de abuso, de várias internações psiquiátricas e tratamentos pesados, Estamira encontra seu lugar no mundo no aterro sanitário do bairro Jardim Gramacho na cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Do duro trabalho de disputar os dejetos da cidade despejados pelos



caminhões de lixo, retira seu alimento, roupas e os itens com os quais compõe sua bem cuidada casa. Mulher de voz forte, decidida e palavras cortantes e precisas, Estamira nos oferece rigorosos conceitos e análises de temas como Deus, saúde e família. Antonin Artaud dizia que a loucura enuncia verdades insuportáveis. E se temos grandes enunciadores da verdade como Estela do Patrocínio na poesia, Arthur Bispo do Rosário nas artes plásticas, temos Estamira na filosofia.

Na frase que destacamos na abertura deste artigo, Estamira nos oferece uma grande oportunidade para desequilibrar a balança do grande jogo que nos coloca a medir tudo por um suposto e desejável equilíbrio entre o bem e o mal. Ao inflar o bem e sublinhá-lo como o lugar do mando, sempre coextensivo à sujeição, abre para um deslocamento da nossa automática inscrição no lado do bem. Que é bom lembrar, acaba por preservar e fortalecer nosso pertencimento à lógica da luta entre o bem o mal e a ocupar um ponto na linha que os une, como se essa lógica encerrasse todas as possibilidades de compreensão, atuação e relacionamento na vida.

Proponho, então, uma espécie de genealogia manca, desasada, desconcertada dos termos: educação, ecologia e sociedade de controle. São palavras imensas de uso cotidiano que dão a impressão de que sabemos exatamente o que se diz quando as pronunciamos: educação, ecologia e sociedade de controle. A mais tenra destas expressões é sociedade de controle, portanto, a mais límpida. Agora, ecologia já é um nó, uma complicação grande. E educação então? O que se diz quando se fala a palavra educação? É uma palavra tão imensa e nós, que trabalhamos com educação, temos por hábito falar o tempo todo sobre isso sem a mínima preocupação em relacionar essa palavra aos processos a que nos referimos.

Na atualidade temos o costume de dizer educação quando nos referimos a processos de escolarização. E isso é uma confusão. Ou escolarização é igual a educação? Não, não é. E dizer da diferença entre uma e outra é uma questão de escolha. E neste ponto escolhi diferenciar educação de escolarização, da seguinte maneira. Para mim educação é qualquer movimento que produz aprendizagem. Um movimento do pensamento, um movimento do corpo, um movimento no espaço, um encontro, qualquer coisa que produza aprendizagem em termos de compreensão ou de perspectiva ou de visão. Enquanto a escolarização – de acordo com Ivan Illich (1990) – são todos os processos educacionais submetidos às leis nacionais da educação, no caso do Brasil, à Lei



---

de Diretrizes e Bases. Então, qualquer ação educacional submetida aos princípios dessa Lei corresponde a processos escolares que compõem o âmbito da escolarização. Há uma diferença bem grande entre uma coisa e outra. A escolarização tem um fim na formação do cidadão útil, enquanto a educação não. Um outro costume que desenvolvemos em relação à educação é o de positivá-la sempre. Chamo de costume a isso que poderia ser nomeado, tranquilamente, pela palavra preconceito. Pois é um verdadeiro preconceito essa associação da educação a processos de melhoria da condição das pessoas, da sociedade e do mundo.

A educação e os processos educacionais não são bons. E não são maus. São processos de aprendizagem. Por exemplo, o menino que aprende com uma pessoa adulta a bater carteira passou por um processo educacional. Quem aprende a fazer nó de força, quem aprendeu, quem desenvolveu uma guilhotina, quem participou do desenvolvimento da bomba atômica passou por processos educacionais bastante importantes. O conjunto de forças que se conectaram para tornar a força instrumento de execução da pena de morte é resultado de, ao mesmo tempo em que gera, inúmeros processos educacionais. Aceitar a lei decorre também de processos educacionais. Então, a educação não pode ser reduzida a uma moral que a positive. A positivação da educação só pode ser entendida como efeito de uma moral e não de uma análise séria dos processos educacionais.

Sociedade de controle, como já havia dito, é a expressão mais nova das três e, portanto, a mais límpida, menos cheia de conteúdo e de atravessamentos. Mas mesmo assim ela já é relativamente grande.

A sociedade de controle é uma proposição de compreensão do contemporâneo feita por Gilles Deleuze (1992) a partir da sugestão de William Burroughs. Essa expressão refere-se à emergência de processos distintos daqueles apontados por Michel Foucault ao descrever as sociedades disciplinares: estas, sociedades do mundo ocidental que têm como base a criação de dispositivos de poder com base na disciplina. A sociedade disciplinar também visa o controle, só que controle a partir do exercício da disciplina.

A disciplina é um exercício de poder que tem como base o confinamento dos corpos. E, como diz Foucault, o poder sempre se exerce sobre o corpo. Então, como que o poder disciplinar se exerce sobre um corpo? Através de instituições disciplinares tais como o exército, a escola, o hospital, o



---

presídio, a fábrica, o hospício e por aí vai. Na disciplina, Foucault demonstra que as forças se distribuem segundo um diagrama panóptico. Uma estrutura de vigilância das multiplicidades ou dos corpos em espaços fechados. O diagrama disciplinar apresenta, de modo sintético, a direção e o sentido das forças em jogo no exercício do poder disciplinar. A base dessa noção é o panóptico, conforme o modelo de instituições prisionais proposto por Jeremy Bentham. Em tal modelo, as celas ficam em vários andares formando um anel e pela janelinha da parede externa do anel a luz que entra atravessa a cela e mostra ao vigia no topo da torre, erguida no pátio central, a silhueta do prisioneiro. Dali vê o perfil de quem está dentro das celas e pode saber o que cada um faz.

Uma grande questão que a sociedade disciplinar coloca é que quando o preso quer se liberar dessa vigilância, e de tudo o que ela acarreta, pensa, automaticamente, em dar um fim no vigia. Foucault nos lembra do seguinte: o vigia é um funcionário e a sua eliminação não corresponde a qualquer coisa que se pareça com o fim do poder disciplinar, pois tudo o que coordenou as forças para criar um panóptico estaria, ainda, em funcionamento.

A sala de aula funciona como um panóptico: os alunos enfileirados, o professor em pé, a frente, ao mesmo tempo que vê tudo que se passa no ambiente dirige sua mensagem a todos e a cada um. Uma enfermaria funciona do mesmo modo: as camas distribuídas de modo a que, da porta a enfermeira possa, num relance, conferir se está tudo em ordem. Da mesma maneira uma fábrica, uma caserna, um hospício, conforme Foucault (1987).

Qual é o limite da disciplina? A questão da disciplina é que entre uma instituição e outra há um espaço e nesse espaço, quando eu o percorro, estou fora do campo de visão do vigia. A disciplina é ótica, ela depende do alcance visual do vigilante, isso é um problema sério quando se quer controlar a todos. Na tentativa de saber o que cada um faz, a qualquer momento, que já se encontra em gérmen na disciplina, aparece o problema dos espaços entre as instituições. É em função desses espaços entre as instituições disciplinares, e de tudo o que ali pode acontecer, que adquire coerência uma sociedade de controle – conforme nos mostra Deleuze – cujo problema é instaurar formas de controle a céu aberto.

Na sociedade de controle o controle se dá a céu aberto e não é mais ótico e dispensa o vigilante na torre. Somos filmados ao andar pelo calçadão e por diversos outros pontos da cidade,



principalmente aqueles em que há concentração de estabelecimentos comerciais, bancos, e casas de gente rica. Mas isso ainda é a parte ótica do controle a céu aberto. Por meio dos cartões magnéticos é possível saber onde está qualquer um tomado como suspeito pelos homens das centrais de vigilância – ligadas a empresas ou órgãos públicos – a que horas se deu o acesso, que operação foi realizada, em que lugar do planeta e, dependendo do dispositivo, que é o caso dos caixas eletrônicos, qual é a cara de quem fez o uso do cartão. Na disciplina o controle se dava por número de matrícula e localização no espaço fechado da instituição escolar, correcional, de saúde etc. No controle se dá pelo acesso a dispositivos tornados indispensáveis tais como aparelhos celulares, bancos, estabelecimentos de comércio, controle de tráfego indo até o uso mais íntimo e inconfessável do computador pessoal. E temos os sistemas de localização por georreferenciamento, pessoas com chips, bebês ricos com chips incrustados, cachorrinhos com seu chip... Então, o controle hoje não é mais disciplinar e está cada vez mais óbvio que se dá a céu aberto.

Como surge uma sociedade de controle? Deleuze nos diz que o marco da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle é a Segunda Guerra Mundial. E sobre a guerra faço questão de apresentar o seguinte texto: *É uma banalidade falar do maravilhoso ressurgimento da técnica nos últimos cem anos. Esses inventos são tão perigosos nas mãos das atuais gerações, como uma navalha de barba nas mãos de uma criança de três anos: em vez de libertar o homem, o que fazem é aumentar as suas preocupações e reduzi-lo à fome. Os armamentos modernos conduzem as guerras e o desenvolvimento dos maquinismos nas fábricas, a superprodução, isto é, a fome. Graças aos aperfeiçoamentos da técnica, chegaremos a suprimir, em um abrir e fechar de olhos, milhares de vidas humanas e o fruto de um trabalho imenso. [...] O mundo inteiro está às portas do fascismo. [...] Em vez da “mobilização total” do Brasil, se não há demônio capaz de provar semelhantes loucuras da perversidade bestial da sociedade capitalista – por que razão não se pensa, antes, na neutralidade absoluta – em face da tragédia macabra que o mundo civilizado, pejado de ciência, prepara para os nossos dias desgraçados? E se não for tomada a resolução decisiva de combater a guerra, se povos inteiros e indivíduos isolados não desafiarem a guerra pela neutralidade absoluta em face de quaisquer contendidas, desencadeadas pelos governos – cúmplices da Internacional Armamentista – a luta se generalizará automaticamente pelo mundo todo, e*



---

*gases e micróbios, a peste, a fome e os raios da morte não deixarão mais ninguém para brigar outra vez... [...] E a Internacional Armamentista é, verdadeiramente, a única Internacional, sem Pátria, sem fronteiras, sem Famílias, sem Religião...*

Sem pátria, sem fronteiras, sem família e sem religião era a legenda dos anarquistas que queriam um mundo sem pátria, sem fronteiras, sem família e sem religião e o autor chama atenção que, apesar dos esforços dos anarquistas, só o mercado de armas conseguiu ser sem pátria, sem fronteiras, sem família e sem religião. Seguindo com o texto: *E o respeito à vida humana, o respeito à liberdade individual e ao espírito de independência constituirão um mito no seio de uma organização social de canibais civilizados e intoxicados da ciência de matar; e que essa “loucura planetária” é o suicídio coletivo do gênero humano através da gigantasia da técnica de guerra científica.*

Esse texto está no livro de Maria Lacerda de Moura (1933), sim, o autor em questão é uma mulher, publicado, no Brasil, em 1933. Uma mulher e não uma mulherzinha burguesa e doentinha. Então, esse livro é um libelo contra o serviço militar obrigatório para as mulheres que estava em pauta, em vias de tornar-se lei nos anos 1930 aqui no Brasil. Só para termos uma ideia da força desse pensamento, destaco o texto inicial do livro: *Sem Pátria, sem Fronteira, sem Família e sem Religião... “Afirmando” a Humanidade, tenho que “negar a Cidade”... Fora da lei: recuso os direitos de Cidadania. O Estado como a Igreja, são de origem divina... Patriotismo, nacionalismo, fronteira, pavilhão nacional são corolários. Ídolos vorazes, os Deuses dos exércitos e dos autos de fé exigem vítimas em massa. A minha família sou eu quem a escolhe. A Lei impede o direito da escolha e os costumes solidificam as leis. A lei nada tem a ver com as minhas predileções afetivas.*

Maria Lacerda de Moura morreu em 1945, o ano em que foram jogadas as bombas sobre Hiroshima e Nagasaki, sem saber do fim, tão esperado por ela, da segunda guerra mundial. Nesta publicação, de 1933, já se dava conta de importantes ações de controle representadas pela ciência a serviço da guerra. Já antecipava a era do controle. E apresenta a ciência, como se pode ver aqui, como máquina de produção da guerra. Temos a mania de livrar a ciência desse tipo de crítica. Achamos que ela vai nos salvar na medida em que a encaramos como repositório da verdade, lugar da verdade. E Maria Lacerda de Moura já nos mostra a ciência como aliada da guerra. Essa



---

aliança da ciência com os Estados implicados na guerra é o gérmen da sociedade de controle. A sociedade disciplinar não deixa de existir pois à tecnologia desenvolvida na disciplina se apõe uma tecnologia de controle que funciona em qualquer lugar do planeta.

Uma das coisas importantes da sociedade de controle a ser analisada no presente é a produção da bomba atômica. A bomba atômica foi o grande laboratório das tecnologias de controle que tiveram expressão na Guerra Fria e no seu coextensivo e indissociável controle de informações em defesa dos estados nacionais.

Como foi criada a bomba? Reuniu-se os maiores cientistas do mundo num deserto nos Estados Unidos, boa parte deles judeus fugitivos da Europa. A base da produção da bomba era a manutenção do segredo, uma vez que as estratégias e finalidades ligadas a tal poder de destruição deram azo à instauração de um imenso conjunto de procedimentos sob a legenda de estratégias de defesa nacional. Tais estratégias amalgamavam resultados e conceitos científicos da recém-nascida Teoria Quântica e moderníssimos refinamentos de táticas militares pela via da departamentalização.

E aí começam as analogias tristes. Nos anos 1960 no Brasil foram criadas as universidades federais. Todas estrategicamente retiradas dos centros urbanos. Construídas no meio do nada. Tanto o Projeto Manhattan, esse o nome do projeto da bomba atômica, quanto as universidades foram construídos nesse esquema, cuja base é a departamentalização. E quem está na universidade sabe como os departamentos funcionam. Quem trabalha dentro dos departamentos sabe das dificuldades em suspeitar o que se faz nos outros departamentos. A departamentalização realmente funciona. E há os que querem acabar com os departamentos pensando em resolver o problema da blindagem de saberes que são capazes de produzir. Pode-se acabar fisicamente com os departamentos, mas a cabeça dos expertos das universidades está departamentalizada. Se não problematizar o departamento e a departamentalização podem acabar com os departamentos, mas o funcionamento vai, fatalmente, continuar departamental. A mesma coisa com a escola. Se identificamos a escolarização compulsória como uma estratégia biopolítica de controle de populações, pode-se acabar fisicamente com as escolas e, amanhã, todas as garagens das casas estarão convertidas em salas de aula.



Então a questão não se resume a esse tipo de desmonte das instituições. É preciso, antes, um desmonte do pensamento de rebanho que sustenta universalismos miseráveis como verdades. É uma questão de aprendizagem, de movimento do pensamento.

Mas essa história da bomba atômica não acaba por aí, falta, ainda, falar do mais grave, do mais importante: a análise de sistemas. Análise de sistemas, expressão de origem militar, é um conjunto de procedimentos de guerra voltados ao cumprimento de tarefas pelos soldados. Tal cumprimento de tarefas exige a vinculação do soldado com uma autoridade responsável por ele e por suas ações. Essa figura dá ordens e comandos segundo planificações militares de defesa nacional e, ao soldado, cumpre executar tarefas. Ele é, então, alienado de qualquer responsabilidade, uma vez que ignora os objetivos, os efeitos e o plano geral em que se inclui a tarefa. Vimos isso nas entrevistas com os militares responsáveis por jogar as bombas sobre Hiroshima e Nagasaki quando justificaram suas ações com a frase: nós apenas cumprimos o nosso dever. E disseram isso com toda inocência e tranqüilidade. Certamente, com base nesse princípio, deitaram e dormiriam naquela noite. É assim que funciona, é para isso que funciona a análise de sistemas: para produzir sistemas de controle.

Encontrei, publicado no Brasil em 1971 o livro de John Pfeiffer (1971), um americano que propunha a análise de sistemas para as escolas e as universidades. Ele entrega o ouro como ninguém jamais o fez. Diz que a análise de sistemas é o mesmo dispositivo que nos permite produzir agrotóxicos, armas nucleares, radares, antibióticos e... soldados que cumprem tarefas. Propõe a utilização da análise de sistemas como dispositivo pedagógico em escolas e universidades. A análise de sistemas associa-se, em educação, ao behaviorismo ou comportamentalismo. No campo educacional se alguém falar que trabalha, hoje, com behaviorismo será jogado sobre ele anátema. O behaviorismo foi mandado embora, jogado fora, descartado totalmente como discurso. Mas o que funciona, nas instituições de ensino, em qualquer nível, não é outra coisa.

Depois de vinte anos de Ditadura Militar antecidos do autoritarismo getulista tivemos a Abertura Política. Livres para fazer o que queriam representantes de esquerda, centro e direita passaram, em uníssono, a locutores de uma incontestável crítica à ditadura.



Criticar a Ditadura é dar surra em cachorro morto. E nos satisfizemos, durante toda a década de oitenta, com essa crítica. Nos esquecemos, todavia, de inventar processos educacionais que fizessem frente aos instaurados pela Ditadura. E temos hoje em funcionamento nas universidades e escolas, o quê? Behaviorismo e teoria dos sistemas. Atentemos às apostilas de educação a distância, aos livros didáticos enfeitados com ecologia, com conscientização, com muitas imagens, super coloridos, com restos amputados de obras literárias para interpretar, aos exames vestibulares, às provas de concursos públicos, às avaliações escolares e veremos que a coisa não mudou. Mudou na medida em que conserva as estratégias que garantem a execução de tarefas. O mais importante e característico das ações que permitem atingir objetivos sistêmicos foi mantido: o cumprimento de tarefas. Todavia, o regime de cumprimento de tarefas, especialmente nas instituições escolares brasileiras, remonta a tempos muito anteriores à segunda guerra mundial e ao lugar de destaque nela assumido pelas forças armadas dos estados nacionais.

Na aurora mesma do que se chama, hoje, Brasil, mais precisamente em 1549, aportou nestas terras um grupo de sacerdotes jesuítas. Afora as roupas negras distintivas da ordem religiosa a que pertenciam e seus modos polidos e distantes, pareciam-se a qualquer ser humano de origem europeia. No entanto, não eram. Um sacerdote jesuíta tinha sua formação focada na obediência. Os exercícios elaborados por Inácio de Loyola, o criador da ordem., tinham por finalidade a obediência irrestrita atingida por meio da execução constante de tarefas alheias a sua vontade: obedecer como um cadáver que pode ser levado de um lado para outro segundo a vontade de quem o dirige. Ou seja, estar vazio de si e oferecer-se como canal passivo pelo qual se manifestaria a obra maior. O sacerdote, sem vontade, sem paixões, sem nada de si poderia, por fim, representar a Companhia de Jesus. O atletismo jesuíta, derivado do amor de Inácio pela guerra e pela disciplina militar consistia em levar qualquer homem de origem europeia, pretendente ao sacerdócio, a um esvaziamento tal que suas palavras, ações e vontades fossem as palavras, as ações e as vontade da hierarquia acima de sua cabeça.

A tarefa tem como base o cumprimento de ordens expressas por *palavras de ordem* advindas, sempre, de um superior hierárquico. Uma vez dada a ordem, o resultado da tarefa é avaliado por uma autoridade analisadora da tarefa. Essa autoridade confere ao resultado um número que o



---

situa numa escala de valores estabelecida a priori. Esse número vai ao sistema e no sistema é somado a outros escores. O conjunto de escores compõe um quadro que expressa a eficiência de quem realiza a tarefa. E os escore individuais somados dão ideia da eficiência da turma, do pelotão, do exército como um todo, do sistema escolar etc. Isso mudou? Não. O que mudou foi o discurso referido a essas práticas. Banalizamos, até termos que desistir delas, expressões como diálogo, interdisciplinaridade e conhecimento do cotidiano. Não nos demos conta que enquanto defendíamos tais expressões conservávamos as práticas combatidas nos discursos mesmos que propugnavam libertação, autonomia e combate à opressão [4].

E a ecologia? A ecologia, como educação ambiental, entrou no sistema educacional, ou melhor, na escolarização, de uma maneira criativa ao não se colocar como disciplina escolar, mas como tema transversal. Não abriu mão, com isso, da arrogância de se colocar, como qualquer campo científico o faz, de modo a ser tomado como imprescindível para a formação dos cidadãos que cumpre à escola formar. As ciências sempre atribuem a si mesmas essa espécie de centralidade e com a ecologia, no âmbito da educação ambiental, não é diferente.

Então, como pensar ecologias inventivas? Qual é a questão de uma ecologia inventiva? Quem está hoje como professor ou estudante na universidade faz parte, como já vimos, de um dispositivo muito bem elaborado. Mas com uma lógica que, no final das contas, é uma lógica de guerra cuja base é a consolidação de conteúdos protegidos pelo atributo de científico e que interessam à segurança do Estado e ao regalo dos mercados. Seria possível perguntar se o cúmulo de informações veiculadas pelas disciplinas nos cursos universitários não estaria cumprindo o papel de ocupar o pensamento dos profissionais em formação? Ocupar o pensamento com informação não seria o impedimento mesmo de pensar e de conhecer com vontade?

E as estratégias para a educação ambiental, muitas delas resultados de pesquisa acadêmica, insistem na conscientização e acabam por disseminar slogans que, como mensagens, tomam lugar do pensamento. Nesse movimento acabamos por executar as palavras de ordem dos slogans e nos impedimos de perceber o que acontece à nossa volta em seu ineditismo, o que faz com que nos tornemos replicadores do mesmo.



Por exemplo, se vemos alguém jogar na rua uma garrafa PET somos tomados por um impulso de ódio em relação a essa pessoa e localizamos nela um agente do grande desastre ecológico em que nos fazem acreditar que o mundo se tornou. Tal impulso é um automatismo que nos leva a estabelecer um circuito no qual localizamos inocente, culpado, promovemos um julgamento e estabelecemos uma punição ao culpado que funciona também como recompensa ao inocente. Do momento em que distinguimos o ato de agressão à natureza, antes mesmo da tal garrafa atingir o chão, já temos definido o agressor, a vítima (no caso, o planeta) e, não raro, já temos definida a sentença. Os termos dessa sentença podem estar associados a sua execução: agredir o culpado, clamar por processos de conscientização, responsabilizar família, escola, governo, empresas, exigir investimentos, campanhas etc. A partir das campanhas de limpeza da cidade e de conscientização ambiental, adquirimos o hábito de instaurar esses micro-tribunais com grande eficiência em distribuição de culpa e sentenças. Somos realmente rápidos e eficientes quando se trata de movimentar culpa. Houvesse a pessoa jogado a tal garrafa no lixo nosso dia teria transcorrido sem maiores problemas. No entanto, a garrafa, seguindo seu *destino adequado*, não teria deixado de existir. Por que tanto investimento nesses instantes que definem para onde ela seguirá inalterada e detentora de todas as suas qualidades poluentes? Destino adequado seria, então, sua deposição em um aterro, sua transformação em enfeite de natal, em sofá?

Chama-se consciência ambiental a esse fluxo de indignação que nos atravessa ao vermos alguém atirar uma garrafa plástica ao chão. Tal sentimento não é a consciência ambiental, mas o efeito majoritário das campanhas educacionais, principalmente as escolares, sobre preservação do meio ambiente, mobilizadas pela difusa e pouco clara noção de *conscientização*. Numa situação educacional, quem pode conscientizar quem? O professor aos seus alunos? A tal consciência, nesse caso ambiental ou ecológica, aparece como o conteúdo de um reservatório que cumpriria ao educador fazer passar aos que têm menos consciência, ou nenhuma, por um princípio de vasos comunicantes, ou por gravidade, ou, ainda, por bombeamento. As estratégias educacionais fariam o papel de força, ou motor, responsável pelo movimento de conscientização e por fazer fluir a consciência daquele que a possui em maior quantidade para aquele, pessoa ou grupo, em que esta é falta ou deficiente. Nesse ponto é importante perguntar-se sobre a matéria de que é constituído esse *líquido da consciência*. [5]



Uma análise interessada dos materiais escritos sobre educação ambiental mostra que a conscientização se dá, majoritariamente, por meio de mensagens de informação restritas à órbita da legenda mestra: preserve o meio ambiente. Um tom apocalíptico manifesto na certeza de que a Natureza, e nós, estamos por um fio do final da vida no Planeta, acompanha as atuações animadas por essa fórmula de caráter exortativo. *Jogue o seu lixo no lixo, consuma alimentos orgânicos, preserve sua saúde, reduza a emissão de gás carbônico, utilize energia limpa*, são outros tantos *gadgets* dessa educação pela consciência. E é concertado a dizeres como esses que se constituem outras tantas estratégias educacionais de caráter prático. Assim, sob o domínio dessas legendas emergem, também, aulas e demonstrações sobre reciclagem de papéis, caminhadas ecológicas e práticas elaboradas difíceis de preparar voltadas a esclarecer, por exemplo, a constituição química dos plásticos, sua classificação, princípios de polimerização e processos de produção. Sem falar das tabelas que listam o tempo de degradação de diversos materiais no meio ambiente — determinados plásticos levam até 450 anos para se degradar.

Por acaso se está querendo dizer que não se deve fazer tais trabalhos?

Não.

Onde está o problema então?

Temos agora condições de fazer aparecer a linha de problematização que interessa nesse artigo. Empenhada na circulação de slogans a conscientização faz um trabalho de emolduramento das práticas. Qualquer coisa que se faça, seja no campo discursivo seja no campo não discursivo, se remete a *palavras de ordem*, é dirigida por elas. *Preserve o meio ambiente e suas raias de comando: jogue o seu lixo no lixo, consuma alimentos orgânicos, preserve sua saúde, reduza a emissão de gás carbônico, utilize energia limpa* são dispositivos importantes cujo funcionamento não se deve subestimar quando se pensa em ações educacionais de alcance planetário como o são as atividades de educação ambiental.

Slogans, palavras de ordem, comandos é disso que se trata. Poderíamos, ainda, reuni-las sob o nome de *conteúdos de informação*. Seria essa a matéria da educação pela consciência. Algo muito mais afeito à propaganda, à ocupação do pensamento por esses conteúdos de informação. E aí a



expressão *tomada de consciência* inverte o sinal, não se toma consciência de nada, é a consciência que é tomada, ocupada, disposta a uma espécie de colonização. E a imagem de vasos comunicantes, de fluxo por gravidade ou de bombeamento de consciência de alguém mais consciente para alguém menos consciente fica insuficiente, não se trata mais disso uma vez que os slogans proliferam por replicação. Seria mais apropriado falar em transferência de arquivos de uma máquina computacional a outra. Como máquinas computacionais servimos para o registro dos conteúdos de informação e nos tornamos aptos à sua transferência para outras tantas. A informação não se esgota, se replica. É um vírus, como nos lembra Burroughs. E qualquer atividade educacional que se disponha a empregá-la deve lidar com sua natureza virótica sob pena de restringir-se a atividade de propaganda. Na sociedade de controle, os humanos, incluídos, participantes, democráticos são caracterizados por oferecer sem cessar – de suas preferências, medos e recusas – dados para o controle.

Slogans têm a capacidade de instaurar um campo em que assumimos posições identitárias numa linha estendida entre o bem e o mal. Nessa linha somos sempre convocados ao papel de bons. Trata-se de uma espécie de alistamento em que a figura de mau cabe aos outros: diretores de empresas poluentes, traficantes de espécies em extinção e pessoas que jogam lixo nas ruas. Como bons, raramente temos a oportunidade de fazer algo distinto de repetir e inculcar slogans reforçando nossa posição de agentes do bem, responsáveis por uma moral. Nessa atividade moral, toma corpo e adquire coerência nossa atuação como juízes identificadores de inocentes e culpados numa seqüência encerrada sempre por punição. Juízes dos micro-tribunais cotidianos sobre questões morais em que se destacam temas como sexo, propriedade privada, drogas... e proteção ao meio ambiente.

Como culpados não nos movimentamos até que paguemos à pena, no sistema de dívida infinita da sociedade de controle. Como inocentes empreendemos um movimento em direção à manutenção, sempre discursiva, da posição de bons contrastados com os maus. E haja discurso ou repetição de legendas que operam no sentido de uma identificação voltada à separação entre um *eu* (ou um *nós*) inocente, bom, dialógico e um *ele* (ou *eles*) culpado, mau e bancário. Tal movimento trata-se, portanto de um movimento de conservação, na medida em que nos entretêm com os fazeres



próprios do tribunal: julgar, culpabilizar, inocentar, pertencer, excluir e, sempre, maquinar punições, ainda que a coisa toda apareça, nos discursos, como libertar. Na matriz tribunalística, *liberdade* é sempre coextensiva à prisão.

Voltando ao caso da garrafa PET, o movimento de forças que sentimos como indignação é o instante em que uma operação imaterial, mas incrível se dá. Trata-se da identificação do mal, na pessoa do agressor do meio ambiente e, também, o instante em que automaticamente nos situamos no lugar de juízes da situação. A satisfação que obtemos nessa posição suscitada pelos conteúdos de informação próprios da educação ambiental majoritária, nos impede de ir além de agentes morais de propaganda confundidos com educadores. Nada disso põe em pauta o fato de que, entre os tantos itens oferecidos pela propaganda, continuamos a querer coca-cola, água mineral e suco. A satisfação desse querer implica em garrafas PET. Antes das garrafas, não seria o nosso querer que deveria ser problematizado? Não estaria aí uma linha afirmativa para a educação ambiental, distinta da linha reativa que insistimos em propagar?

Tais questões nos dão a oportunidade de pôr em suspensão a positividade da educação ambiental em termos de melhoria da atuação dos educados-escolarizados que recebem aulas e fazem trabalhos escolares sobre ecologia e meio ambiente. E pode-se, daqui, dar mais um pequeno passo se considerarmos essa questão associada à evidência de que a universidade tem uma matriz militar inegociável e não problematizada até agora, o que a situa, ainda, como uma matriz do funcionamento da Guerra Fria e suas bases inextricáveis de ciência e mercado. Se considerarmos que nela o tempo todo se produz movimentos de disfarce disso através de uma crítica ao mundo a partir das torres de conhecimento chamadas disciplinas dentro das quais somos convocados, nas figuras de estudantes e pesquisadores, a executar tarefas e a propagar slogans. Bons, amantes de uma paz de slogans, enquanto o tempo de paz em que vivemos não cessa de nos preparar e dispor para a guerra.

Queremos sempre o bem.

E voltamos à frase de Estamira.

*Quem manda é o bem, o mal não manda nada.  
O mal não manda em nada, quem manda é o bem.*



---

## Bibliografia

CORRÊA, Guilherme C. **Educação, comunicação, anarquia**: procedências da sociedade de controle no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir e Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart, São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.

ILLICH, Ivan. Na ilha do alfabeto. In: Illich, Ivan et alii. **Educação e Liberdade**. Trad. Nelson Canabarr, São Paulo: Imaginário, 1990.

MOURA, Maria Lacerda. **Serviço militar obrigatório para mulher?** Recuso-me! Denuncio! São Paulo: Editorial A Sementeira, no. 1, 1933.

PFEIFFER, John. **Uma visão nova da educação**: “systems analysis”, ou análises de sistemas em nossas escolas e faculdades. Trad. de Leônidas H. B. Hegenberg e Octanny Silveira da Motta. São Paulo: Companhia Editora Nacional e editora da USP, 1971.

PREVE, Ana Maria.; CORRÊA, Guilherme. Ecologia de rebanho. In: PREVE, Ana Maria; CORRÊA, Guilherme. **Ambientes da ecologia**: perspectivas em política e educação. Santa Maria/RS: Editora da UFSM, 2007, p. 205 – 220.

---

Recebido em: 15/09/2024

Aceito em: 15/11/2024

---

[1] O presente artigo é uma versão revisada e ampliada do texto *Ecologia e educação na sociedade de controle*, publicado no livro *Ecologias inventivas: conversas sobre educação* (Preve et. al., 2012).

[2] Licenciado em Química, Doutor em Ciências Sociais-Política, PUC/SP, professor do Centro de Educação da UFSM/RS; organizador com Ana Maria H. Preve do livro “Ambientes da Ecologia: perspectivas em política e educação”. Email: Guilherme.correa.broering@gmail.com

[3] Estamira. Marcos Prado. Brasil, 2007, DVD (120 minutos).

[4] Sobre a relação entre a Ditadura Militar, comunicação e educação no Brasil, ver: CORRÊA, Guilherme C. 2006.



[5] Sobre estratégias educacionais em educação ambiental ver: PREVE, Ana Maria; CORRÊA, Guilherme, 2007.